

Cadernos

IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)

Ano 14 • nº 241 • vol. 14 • 2016



O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno

Castor Bartolomé Ruiz

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno

The Pastoral Power, The Arts of Government, and The Modern State

Resumo

O poder pastoral é uma modalidade de poder que se caracteriza pela noção do cuidado do outro. É sabido que nossa concepção de democracia remete à prática política da *polis* grega. Porém, é muito menos conhecida a genealogia da governamentalidade do Estado moderno em sua relação ao poder de cuidado da população. Neste ensaio mostramos como o tipo de poder que o Estado desenvolveu ao cuidar das necessidades da população – por exemplo as políticas públicas – remete às técnicas do poder pastoral criadas pelo cristianismo ao longo dos séculos, que por sua vez tiveram influência da noção de pastorado do oriente antigo.

O poder pastoral, ao cuidar do outro, desenvolveu um arte específica do governo das condutas. As artes de governo, longamente aperfeiçoadas pelo poder pastoral, tiveram uma decisiva influência na articulação dos modos de governar do Estado moderno. Muitas das técnicas da arte de condução das almas, próprias do poder pastoral, foram assimiladas e aperfeiçoadas pelas técnicas governamentais das populações, aplicadas pelo Estado e também pelo mercado modernos. A economia política moderna produziu uma arte específica do governo das populações influenciada pelas técnicas do poder pastoral, constituindo-se num dos marcos da biopolítica moderna.

Palavras-chave: Poder Pastoral; Artes de Governo; Estado Moderno; Biopolítica; Democracia de Massas.

Abstract

Pastoral power is a form of power that is characterized by concept: to care for others. It is known that our conception of democracy refers to the political practice of the Greek *polis*. However, it is much less known genealogy of governmentality of the modern state in relation to population care power. In this paper we show how the kind of power that the state has developed to take care of people's needs – for example public policy – refers to pastoral power of the techniques created by Christianity over the centuries, which in turn influenced the notion of pastorate of the ancient east.

Pastoral power, to care for others, developed a specific art of government conduct. The arts of government, long perfected by the pastoral power, had a decisive influence in the articulation of modes of governing the modern State. Many of the souls of driving art techniques, typical of pastoral power, were assimilated and improved techniques by government of the people, implemented by the State and also by the modern market. Modern political economy produced a government art specific populations influenced by pastoral power techniques, being one of the landmarks of modern biopolitics.

Keywords: Pastoral Power; Arts of Government; Modern State; Biopolitics; Mass Democracy.

Cadernos
IHU *ideias*

**O poder pastoral, as artes de
governo e o estado moderno**

Castor Bartolomé Ruiz

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 14 • nº 241 • vol. 14 • 2016

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 241 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Patricia Kunrath Silva

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

O PODER PASTORAL, AS ARTES DE GOVERNO E O ESTADO MODERNO

Castor Bartolomé Ruiz

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

A consciência ingênua atribui as verdades e as práticas do presente à invenção espontânea dos indivíduos. A consciência crítica rastreia na história a genealogia das verdades e práticas de nosso presente, procurando nelas suas implicações históricas. Ao olharmos as relações de poder contemporâneas, observamos que estamos imersos num emaranhado de tecnologias de governo das condutas humanas. As sociedades de controle não cessam de ampliar os dispositivos para monitorar comportamentos e avaliar condutas de todos os indivíduos nas diversas instâncias. Todas as instituições aprimoram seus dispositivos de controle sobre os indivíduos que nelas transitam.

O ideal do panoptismo total das condutas humanas se instaurou como objetivo almejado pelas diversas estruturas sociais em que circulamos. A eficiência institucional está focada na administração das condutas humanas através de metas a serem alcançadas. Estas metas produtivas são associadas aos dispositivos de gestão dos recursos humanos, e o gerenciamento dos processos realiza-se através de dispositivos de governo da conduta dos outros. Ou seja, estamos mergulhados numa era de governamentalização das condutas humanas nos diversos espaços públicos, corporativos e até privados. Esta racionalidade administrativa da vida humana é um dos escopos da denominada biopolítica. Ela não é perversa em si mesma, pois oferece eficiência na gestão. Mas, no limiar do controle, a vida dos sujeitos encontra-se instrumentalizada como mero meio utilizado para fins institucionais.

Cabe questionar, como chegamos a este ponto? A consciência crítica de nosso presente nos possibilita perceber as luzes e sombras dos processos e apontar possíveis alternativas aos dispositivos de controle. Um dos pensadores contemporâneos, entre outros, que abordou esta problemática

foi Michel Foucault¹. Ele analisou esta questão através de várias obras e pesquisas, como as apresentadas nos cursos do Collège de France. Entre eles destacamos o curso de 1978, titulado *Segurança, Território e População*². Mas, já no curso de 1975, *Os anormais*, Foucault afirmava:

A Idade Clássica, portanto, elaborou o que podemos chamar de uma “arte de governar”, precisamente no sentido em que se entendia, nessa época, o “governo” das crianças, o “governo” dos loucos, o “governo” dos pobres, e logo depois o “governo” dos operários³.

Entre as hipóteses mais consistentes e inovadoras, Foucault sustentou que o conjunto de dispositivos governamentais contemporâneos remete ao que ele denominou de *poder pastoral*. Uma outra tese de Foucault, conexa com a anterior, é de que a origem do Estado moderno está associada aos processos de constituição das técnicas de governo, que a partir do século XVI vemos aparecer de forma abundante por toda Europa. O Estado, muito antes da suposta origem contratualista ou individualista, foi sendo construído nos processos de governamentalização que, de forma discreta, iniciaram-se no século XV e desde então não cessaram de tecer uma densa trama de burocracias, instituições, técnicas e dispositivos governamentais, até se constituir na coluna vertebral do Estado moderno.

O rei pastor

Pastoral e pastorado são conceitos e práticas associados à tradição cristã. Contudo, a origem do poder pastoral é muito anterior. A figura do “rei pastor” era uma imagem comum utilizada por muitas sociedades antigas, como Babilônia, Assíria, Suméria, Egito, Pérsia e, certamente, pelos hebreus. A imagem do rei pastor era muito mais que uma metáfora, representava uma forma de exercício do poder. O rei pastor simbolizava um tipo de poder específico perpassado pela relação de cuidado com o reba-

-
- 1 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido à sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/iuhon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/iuhon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *‘História da loucura’ e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/iuhon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/iuhon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/iuhon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/iuhem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**)
 - 2 FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martin Fontes, 2008. (Nota do autor)
 - 3 FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martin Fontes, 2002, p. 60. (Nota do autor)

nho. O modelo do rei pastor era comum à maioria das culturas orientais, embora não tenha sido aceito nem assumido pelos gregos como modelo político, como veremos a seguir.

Inicialmente podemos constatar que o rei pastor se utiliza da tecnologia do cuidado como forma de governo. Uma das principais características do poder pastoral é que se realiza como cuidado dos outros, sendo o cuidado do outro um elemento diferenciador do poder pastoral. O rei pastor governa o rebanho cuidando das suas necessidades. A relação do pastor com o cuidado do rebanho aparece em todas as metáforas referentes ao rei pastor. Um hino egípcio invocava Rá, dizendo: “Oh Rá, que velas quando todos os homens dormem. Tu que buscas o que é bom para teu gado... Ilustre companheiro de pastagem. Tu que cuidas da terra e a alimentas, pastor de toda abundância”⁴. O povo hebreu desenvolveu amplamente esta imagem do Deus pastor que cuida do seu povo como um rebanho. Em nossa tradição cristã, são amplamente conhecidos textos que retratam a figura do Deus pastor, como o salmo 23: “O Senhor é meu pastor e nada me falta...”, assim como a figura em que Jesus se apresenta como o bom pastor (Jo 10,1-21).

O poder do pastor é um poder do cuidado para com o rebanho, procurando sempre o bem do rebanho. O bom pastor é aquele que procura o melhor para o rebanho, conduz-lo para as melhores pastagens, defende-o de todos os perigos. O pastor exerce um poder positivo de cuidado do rebanho, assumindo para si a responsabilidade das necessidades do rebanho. Esse é o modelo do bom pastor. Nas diversas literaturas da época, constata-se que aqueles que se utilizam do poder para aproveitar-se do rebanho são os maus pastores. Os que se descuidam do rebanho, não se preocupam ou inclusive maltratam, são modelos de maus pastores. O poder pastoral é um poder do cuidado da vida de cada uma das ovelhas e o bem de todo o rebanho.

Em princípio, o poder pastoral não é algo intrinsecamente negativo, já que opera com objetivo de procurar o melhor para o rebanho. No contexto dos bons princípios que orientam o poder pastoral, apontaremos posteriormente alguns paradoxos, limites e perversões reais do poder pastoral.

Poder político & poder pastoral

Para melhor entender a singularidade do poder pastoral, é pertinente estabelecer sua diferença com o poder político e até com o poder soberano. A relevância da pesquisa sobre o poder pastoral entende-se ao dife-

4 FOUCAULT, Michel. “Omnes et singulatum: uma Crítica da Razão Política”. IN Id. *Ditos & Escritos IV*, São Paulo: **Forense** Universitária, p. 358. (Nota do autor)

renciar as noções de soberania e governo. Governar não é a mesma coisa que reinar. Ao reinar comanda-se de forma impositiva e prescreve-se a lei de modo obrigatório. Governar não é ser soberano, nem ser um feitor, um juiz, um patrão, um presidente, etc. O governo dirige-se à condução dos comportamentos. Governar é guiar a conduta dos outros, com seu consentimento. No governo há uma aceitação, implícita ou explícita, das diretrizes orientadoras da conduta. Governar não é impor, mas propor.

O característico do bom governo é que, ao propor um modo de agir, realiza a proposição através de métodos que induzem o consentimento dos governados. O bom governo atrai a vontade dos governados governando através da liberdade dos governados. Isso se consegue através de técnicas específicas, que permitirão a colaboração ativa dos governados. O governo é mais eficiente quanto maior for a identificação dos governados com as metas do governo e, desse modo, provocar a sua adesão voluntária.

Economia moderna e governo das populações

Na virada do século XVII, as incipientes práticas de governo direcionaram-se para o conceito de *oikonomia*. Foram os teóricos cameralistas, depois mercantilistas e por fim os liberais que encontraram no conceito de *economia* o espaço efetivo para o governo das populações. A economia é a “ciência” do governo das populações. No momento em que na Europa surgiam as teorias contratualistas do Estado, consolidavam-se as teses jurídicas da soberania popular e dos direitos dos cidadãos, em que o povo era proposto como categoria chave da soberania; nessa mesma época, consolidavam-se os discursos governamentais na economia como técnica de governo das populações. Encontramos um exemplo da relação entre economia e pastorado na importante obra de François Fénelon⁵ (1651-1715)⁶ *Examen de conscience sur les devoirs de la*

5 **François Fénelon** (1651-1715): pseudônimo de François de Salignac de La Mothe-Fénelon, teólogo católico apostólico romano, poeta e escritor francês, cujas ideias liberais sobre política e educação esbarravam contra o “status quo” da Igreja e do Estado dessa época. Pertenceu à Academia Francesa de Letras. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Lembremos que François Fénelon foi um teólogo católico, jesuíta, francês, com um excelente conhecimento da cultura clássica, cujas obras suas tiveram influência significativa na sociedade da época. Ao ser nomeado preceptor do “delfim” da França, escreveu vários tratados sobre o governo. Fénelon registra magistralmente a transição do discurso pastoral clássico que comparava o governante ao pastor no governo das almas, para o discurso da racionalidade do Estado que pensa o governo de forma “científica” a partir de dados estatísticos. Nessa ruptura e transição, mostra como o discurso da racionalidade do Estado é diferente do poder pastoral clássico, porém nessa diferença incorpora muitas semelhanças. (Nota do autor)

royauté, escrito enquanto preceptor do rei Luís XIV⁷ da França. Nessa obra, Fénelon aconselha ao delfim (príncipe) como governar:

Sabei o número de homens que compõem a vossa nação, quantos homens, quantas mulheres; quantos lavradores, quantos artesãos, quantos religiosos, quantos nobres e militares. O que se diria de **um pastor** que não soubesse o número do seu rebanho? É fácil a um rei saber o número de seu povo: basta que ele queira⁸.

A economia política moderna é um discurso que construiu uma categoria nova, a população, como um objeto a ser governado. Enquanto as teses formais da soberania propunham o povo como sujeito de direitos, os discursos governamentais da economia modelavam a população como um objeto a ser governado. O paradoxo das sociedades modernas é que o mesmo indivíduo é proclamado formalmente sujeito de direitos (cidadão) e é objetivado praticamente como objeto que deve ser governado (população).

A *oikonomia* era, na Grécia antiga, o governo da casa, diferentemente da política, que era o espaço de deliberação autônoma dos cidadãos. A economia não era deliberativa, mas administradora das vontades. A *oikonomia* gerenciava as vontades das pessoas pertencentes a uma determinada *oikos*. No lado oposto da *oikonomia*, a política era um espaço em que as vontades deliberavam livremente o que fazer, enquanto a economia realizava o governo das vontades. A distinção tradicional entre economia e política corresponde à diferenciação entre o ato de reinar e o de governar. A economia governa vontades, enquanto a política reina na forma de soberania legal. No caso da economia moderna, o objeto a ser governado são as populações. Diferentemente da economia, a política é o espaço da soberania, que na nossa conjuntura tornou-se uma soberania popular. Neste contexto, a figura do pastorado como prática de governar adquire outras dimensões.

Soberania e governo

Os gregos inventaram a política como espaço de deliberação coletiva e de exercício da autonomia individual dos cidadãos, já que, para eles, a figura do rei pastor não representava o modelo de poder político. Qual a

7 **Luís XIV de Bourbon** (1638-1715): conhecido como “Rei-Sol”, foi o maior monarca absolutista da França de 1643 a 1715. A ele é atribuída a famosa frase: “L’État c’est moi” (O Estado sou eu), apesar de grande parte dos historiadores acharem que isso é apenas um mito. Construiu o luxuoso palácio de Versalhes, perto de Paris, onde faleceu. (Nota da **IHU On-Line**)

8 FÉNELON, François. *Examen de conscience sur les devoirs de la royauté*, P. 87. Apud. SENELLART, Michel. *As artes de governar*. Ed. 34: Rio, 2006, P. 59. (Nota do autor)

diferença entre o modelo pastoral de poder e o modelo político da democracia ateniense? Esta questão nos ajudará a desenhar uma bifurcação essencial entre soberania e governo que veio desembocar nos atuais modelos políticos.

O poder político da *Ágora* grega era entendido como um poder entre iguais. Nele aplica-se o princípio da autonomia dos sujeitos que, em condições isonômicas, deliberam sobre o destino político da coletividade. O poder político da *Ágora* colocava em jogo o princípio da autonomia dos sujeitos e da autogestão das coletividades, que é o marco da democracia. Era um tipo de poder baseado na soberania dos sujeitos; era um poder soberano cujo princípio de soberania emana do conjunto dos cidadãos. Embora saibamos que na Grécia antiga essa soberania era extremamente restrita a uma minoria de homens eupátridas (famílias nobres, bem nascidos), o princípio da soberania política inovou uma prática de isonomia que não existia em outras sociedades e que tem servido como referência para tentar universalizá-la.

No modelo do poder político da soberania e da cidadania, não se leva em conta a realidade das pessoas que têm necessidades e que, por diferentes circunstâncias, precisam de apoio, solidariedade ou cuidado. Nas condições de necessidade extrema, a autonomia é insuficiente para resolver problemas graves que as atingem. Uma pessoa que vive uma necessidade extrema não pode invocar a autonomia para resolver a necessidade; ela requer ajuda, apoio, cuidado. Essa dimensão da necessidade e do cuidado dos outros está fora dos princípios do poder da autonomia política. Em qualquer caso, o cuidado poderá entrar como aspecto colateral da autonomia, embora de modo secundário em relação à dinâmica do poder soberano.

O poder pastoral, diferentemente do poder soberano, é um poder do cuidado dos outros. Um poder que cuida das necessidades do outro. Segundo aponta Foucault, além do cuidado, há um conjunto de características que diferenciam o poder pastoral do poder soberano da política. Tais características influenciaram sobremaneira as técnicas governamentais modernas. Uma característica do pastorado é que ele se exerce sobre o rebanho, e não sobre o território. Ele cuida dos indivíduos, e não das coisas. Uma terceira característica do pastorado oriental é que ele visa à salvação do rebanho. Salvação significa oferecer a melhor vida possível para as ovelhas, defendendo-as de todos os perigos. Ainda há uma quarta característica do pastorado que advém da ideia de que o exercício do poder é, para o pastor, um dever. O pastor exerce essa função como uma responsabilidade direta de tudo o que acontece com as ovelhas. Para ele não é um privilégio exercer o poder, mas uma responsabilidade, um dever.

A figura do pastor não era desconhecida para o pensamento grego. Encontramos nos escritos gregos diversas referências ao pastor em relação ao poder político, porém o sentido a ele dado é diferente do rei pastor em outros povos. Na *Ilíada* e na *Odisseia*, Homero⁹ designa Agamenon como 'pastor dos povos' (*poimém laôn*), mas, segundo Foucault, essa referência metafórica não retrata uma relação pastoral de Agamenon com seus colegas de guerra¹⁰. Encontramos uma segunda referência ao pastor na tradição pitagórica desde o início até os textos do *pseudo-Arquitas*, citados por Estobeu¹¹. Em Platão¹² encontramos diversas referências ao pastor em vários diálogos, no *Crítias*, na *República*, nas *Leis* e no *Político*. Nos diversos textos, Platão relaciona a figura do pastor com o magistrado ou com o político, porém concluindo que essa relação não é a verdadeira essência da política. Platão, na obra o *Político*, pergunta-se se o verdadeiro governo político é semelhante ao do pastor que cuida das necessidades. Ao repassar as diversas necessidades de uma cidade, encontra pessoas apropriadas para resolver cada uma delas: o médico a saúde, o professor a educação, o pedreiro a construção, etc. Estes diversos ofícios cuidam (como pastores) em suas áreas das necessidades concretas, porém não podem ser denominados de políticos.

O político, à diferença do pastor que cuida de necessidades específicas, preocupa-se com o destino global da pólis. Platão propõe a metáfora do tecelão como imagem do político, já que o tecelão sabe integrar os diversos fios e nas suas diferenças consegue costurar a visão global do tapete.

Há uma distinção essencial entre o poder político da soberania e o poder pastoral do governo. Soberania e governo são duas modalidades de exercício do poder presentes na nossa contemporaneidade, mas que

9 **Homero**: primeiro grande poeta grego, que teria vivido há cerca de 3.500 anos e consagrado o gênero épico com as suas grandiosas obras: A *Ilíada* e a *Odisseia*. Nada se sabe seguramente da sua existência, mas a crítica moderna inclina-se a crer que ele terá vivido no século VIII a.C., embora sem poder indicar onde nasceu nem confirmar a sua pobreza, cegueira e afã de viajante, caracteres que tradicionalmente lhe têm sido atribuídos. (Nota da **IHU On-Line**)

10 FOUCAULT, Michel, 2008, p. 182. (Nota do autor)

11 **Estobeu ou João Estobeu**: natural de Estobi, no norte da Macedônia, foi o compilador de uma valiosa série de fragmentos dos autores gregos. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Platão** (427-347 a.C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Edipro, 2012) e *Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira a entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Marcelo Perine à edição 194 da revista **IHU On-Line**, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/pteX8f>. Leia, também, a edição 294 da revista **IHU On-Line**, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em **IHU On-Line**)

remetem a práticas históricas diferenciadas. A soberania opera no marco jurídico-político dos princípios formais do exercício do poder e de sua legitimação. O governo implementa técnicas específicas de administração de condutas das populações e das pessoas.

Pastorado cristão

O Cristianismo é uma prática plural e, por isso, deveria ser enunciado em plural. Há uma pluralidade e diversidades de práticas de vida a respeito do modo de ser cristão. Essa pluralidade sempre foi a marca do Cristianismo, tanto no seio da Igreja Católica como na diversidade de igrejas cristãs que ao longo dos séculos foram surgindo. Contudo, e no marco da pluralidade das práticas cristãs, percebem-se alguns elementos que conformaram a identidade do Cristianismo ocidental como prática de vida e, como consequência, influenciaram fortemente no modo de ser das sociedades. Uma dessas características é o pastorado cristão.

Ainda que, como indicamos anteriormente, a figura do rei pastor seja muito anterior ao Cristianismo, foi no Cristianismo que o pastorado foi-se tecendo como uma arte do governo. São Gregório de Nazianzo¹³ (329-389) valorizou esta nova arte do pastorado como uma arte de governar os homens; ele definiu-a como: *téchne technôn, apistéme epistémón* (arte das artes, ciência das ciências).

Em verdade, parece-me que à arte das artes (*techné technón*) e à ciência das ciências cabe conduzir o ser humano (*anthropon agein*), que é o mais diverso e o mais complexo dos seres. Eis aí coisa fácil de compreender se se estabelece um paralelo entre a medicina das almas e o cuidado dos corpos¹⁴.

Com diversas variações ao longo dos séculos, esta definição foi repetida até o século XVIII, nas diversas instâncias das igrejas cristãs, como a definição de: *ars artium, regimen animarum* (arte das artes, regime das

13 **Gregório de Nazianzo** (ou Gregório Nazianzeno, 329-389): Patriarca de Constantinopla, teólogo e escritor cristão. Conhecido também por Gregório, o Teólogo, é amplamente considerado como o mais talentoso retórico da era patrística. Como um orador treinado nos clássicos e um filósofo, ele infundiu o helenismo na igreja antiga. Gregório teve um impacto significativo na formação da teologia trinitária, tanto entre os teólogos latinos como entre os gregos, e é lembrado como o “teólogo trinitário”. Muito de sua obra teológica continua influenciando os teólogos modernos, especialmente no que diz respeito à relação entre as três pessoas da Trindade. (Nota da **IHU On-Line**)

14 NAZIANZA, Gregório de. *Discours 1-3*, p. 110-11. Apud. SENELLART, Michel. *As artes de governar*. Ed. 34: Rio, 2006, P. 27. (Nota do autor)

almas), formulada pelo papa Gregório, o Grande¹⁵ (590-604) no seu documento titulado *Regra Pastoral*. Este documento teve uma grande importância ao longo dos séculos seguintes. Lembremos que o último imperador romano havia sido deposto em 476, ou seja, fazia mais de um século que a cultura dos povos de origem germânica (visigodos, ostrogodos, francos, saxões, etc.) e oriental (hunos), todos eles denominados pejorativamente de “bárbaros”, impactou a nova versão cultural do Cristianismo. Com o advento destes povos, consolidou-se um novo contexto social que abandonou a dimensão republicana ou democrática de governo e instituiu um modelo feudal de servidões rigidamente hierarquizadas e regidas pelos estamentos das leis tribais, que agora imperavam no antigo império romano. É neste novo contexto de feudalismo cultural que as técnicas do pastorado medieval vão proliferar sob o regime da obediência plena ao superior.

Ao longo dos séculos, encontramos no Cristianismo uma amplíssima literatura, assim como uma prática consolidada, sobre o pastorado como arte de conduzir as almas. Através deste dispositivo, o Cristianismo ocidental identifica-se com o objetivo do pastor que deve conduzir o rebanho para a salvação. O pastorado desenvolveu-se de forma densa e concisa no seio do Cristianismo como uma arte de governar a conduta dos outros que, como o bom pastor, deseja conduzir o rebanho para sua melhor sorte. A imagem de Jesus como bom pastor preside a prática do pastorado como arte de governo no Cristianismo, embora nem sempre a imagem coincida com a realidade. O governo pastoral, em todas as circunstâncias, está permeado pelo princípio do cuidado do outro. Esse cuidado, como veremos a seguir, pode ser paradoxal, já que, dependendo das condições, pode contribuir para emancipar ou para alienar o outro.

Foucault chama atenção sobre a fórmula de Gregório de Nazianzo *têchne technôn, apistéme epistemón*, confirmando que o pastorado, como arte de governo dos homens, tornou-se para o Cristianismo, depois do século IV, a prática principal através da qual propôs expandir o Evangelho. Foucault se pergunta qual era a arte das artes antes da pastoral – era a Filosofia¹⁶. A Filosofia foi cultivada durante séculos como a arte das artes, através da qual os sujeitos conduziam sua existência e construíam um modo de ser e viver. O que ocupou o lugar da Filosofia como arte das artes não foi outra filosofia, nem sequer a Teologia, mas a pastoral. Esta tese é deveras importante, pois ela indica que um dos elementos definido-

15 **São Gregório I** (540-604): Papa de 03-09-590 até a data da sua morte. Era monge beneditino e um dos Doutores da Igreja. Foi chamado pelo povo de Magno, ou Gregório, o Grande, sendo celebrado como santo pela Igreja Católica. (Nota da IHU On-Line)

16 FOUCAULT, Michel, 2008, p. 201. (Nota do autor)

res das práticas do Cristianismo ocidental está nas artes de governo pastoral. De alguma forma, pode-se dizer que o Cristianismo, através dos manuais e práticas de governo pastoral, produziu um modelo de relacionamento e conduta muito próprio, que não encontramos em outras religiões, ao menos desta forma tão sofisticada.

Cabe destacar que o Islamismo também desenvolveu longos tratados e práticas sobre o governo das almas, embora sejam por nós pouco conhecidos. Destacamos a obra *O regime do solitário* (*Tadbîr al-mu-tawahhid*) de Ibn Bâjja (Avempace, séculos XI-XII). Nesta obra o autor desenvolve um estudo sobre o termo *tadbîr*, que significa conduta, direção, manejo de um negócio, administração, regime de um doente, etc. Ibn Bâjja a define como “a disposição de diversas ações tendo em vista um fim proposto”¹⁷.

Direção de consciência e obediência

Em grande parte, as artes do governo pastoral são uma recriação das relações de poder que o Cristianismo produziu a partir de certas técnicas de orientação de condutas recebidas das escolas filosóficas antigas. Essas técnicas das escolas filosóficas, incorporadas pelas práticas de governo pastoral, foram ressignificadas de várias formas. Entre as práticas comuns das escolas filosóficas, destacam-se as técnicas da direção de consciência e a obediência.

A técnica da direção de consciência, assim como o aconselhamento, formavam parte da maioria das escolas filosóficas em que os discípulos orientavam-se com os mestres e procuravam, na orientação, uma direção correta para sua vida. Na direção espiritual das escolas filosóficas, exigia-se uma certa obediência às diretrizes dos mestres, só assim os alunos poderiam amadurecer. Contudo, as escolas filosóficas utilizavam estas técnicas de forma pontual ou passageira para conseguir o objetivo principal, que era a preparação do discípulo para a autonomia e a liberdade. O aconselhamento e a obediência eram meios passageiros que deveriam ser substituídos pela capacitação do discípulo em definir com autonomia sua existência.

Encontramos também nas escolas filosóficas muitas práticas ascéticas como técnicas de governo de si e dos outros. As *askesis* eram exercícios de vida que as escolas filosóficas propunham como meios para forjar a vontade pessoal. As escolas filosóficas capacitavam os alunos para tornarem-se virtuosos através do domínio das paixões e dos vícios.

17 SENELLART, Michel, 2006, p. 31. (Nota do autor)

Como dizia Sócrates¹⁸, não tem maior escravo que aquele que é escravo de si mesmo. As *askesis* serviam para consolidar o exercício da virtude, que por sua vez almejava criar um modelo de subjetivação capaz de domínio de si frente às influências externas ou internas. As *askesis* tinham por objetivo primeiro conseguir a virtude da *enkrateia* (domínio de si), como condição necessária para a liberdade. Eram concebidas como meios para construir a liberdade do sujeito. Sem elas o sujeito não estaria preparado para enfrentar com uma vontade forte as provas da vida.

O Cristianismo medieval incorporou, de fato, muitos elementos das escolas filosóficas, a tal ponto que diversos filósofos converteram-se ao Cristianismo convictos de que era a verdadeira filosofia. O Cristianismo, ao incorporar a técnica da direção de consciência e o dispositivo da obediência no marco da arte do governo pastoral, provocou desvios sensíveis a respeito do seu uso nas escolas filosóficas. Esses desvios ficaram mais densos no final do século V, quando o Cristianismo se encarnou no modelo feudal dos povos germânicos. Num certo momento, a obediência deixou de ser uma atitude pontual ou passageira que conduz à autonomia para se converter na virtude por excelência que o noviço ou o cristão fiel deveria exercitar ao longo de toda sua vida. A obediência foi engrandecida como sendo a virtude essencial do Cristianismo e, através dela, revelava-se a fé do fiel no seu superior.

Diferentemente das escolas filosóficas, o Cristianismo medieval percebia o vício como uma tentação permanente, já que a natureza humana estava decaída (tese do pecado original), por isso a natureza humana era radicalmente débil e exposta à tentação. O melhor meio para superar a tentação das debilidades humanas era tornar-se extremamente obediente aos conselhos do superior. Este tinha maior capacidade e mais conhecimento, por isso suas orientações, seguidas com total obediência, livrariam a vontade das tentações da natureza debilitada pelo pecado original. Paralelamente, as práticas ascéticas assumiram outra função diferente das escolas filosóficas, agora iriam reprimir os instintos negativos da natureza humana. Em vez de domínio de si, o Cristianismo medieval desenvolveu a repressão da carne. O domínio de si conduzia para uma vontade firme e livre, a repressão da carne produzia uma vontade submissa e amedrontada.

18 **Sócrates** (470 a. C.-399 a.C.): filósofo ateniense e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das ideias (Maiêutica) dos cidadãos de Atenas. O julgamento e a execução de Sócrates são eventos centrais da obra de Platão (*Apologia* e *Criton*). (Nota da **IHU On-Line**)

Esta técnica da direção de consciências, assim como o dispositivo da obediência, entre outros, foram instrumentos utilizados pelo poder pastoral para um governo eficiente das condutas. Este modelo de obediência extrema desenvolvido pelo Cristianismo medieval, até tempos bem recentes, propiciou a criação do modelo de subjetivação do súdito, que produz vontades submissas fazendo da obediência cega a virtude maior. O modelo medieval de sociedade subsistiu amparado numa complexa trama de relações de submissão e obediência, de pactos e servidões, de juramentos e sujeições aos senhores; essas obediências eram aceitas docilmente pelos servos como virtude essencial de sua condição social.

Pastorado e obediência feudal

Como indicamos anteriormente, o longo desenvolvimento da pastoral cristã medieval, com ênfase na obediência submissa, também foi influenciado pela própria configuração estamental e tribal dos povos germânicos que, na queda do Império Romano, ocuparam a Europa a partir do século V. Estes povos traziam um complexo aparato jurídico formado por costumes e tradições que sedimentavam as relações tribais sob a forma da obediência estrita ao superior hierárquico da tribo. A virtude da obediência era completada por um sofisticado emaranhado de ritos de fidelidade e vassalagem através dos quais os súditos se vinculavam a seus chefes com juramentos de fidelidade e obediência até a morte. O Cristianismo medieval desenvolveu-se na matriz cultural destes povos.

Teríamos, então, uma espécie de circuito retroalimentador de condutas em que o Cristianismo, ao enfatizar a obediência como virtude maior e implementar um pastorado de submissão, reforça o modelo do súdito feudal; enquanto as práticas do pastorado cristão são também profundamente influenciadas pela matriz cultural do modelo tribal e estamental dos juramentos de obediência e suserania pertencentes aos povos germânicos. Vemos consolidar-se um modelo de pastorado em que se imbricam técnicas específicas de governo das consciências com acoplamentos e ajustamentos de sintonia fina ao modelo de obediência feudal.

Cabe registrar, como indicamos anteriormente, que o Cristianismo é uma prática por demais plural. Isso transparece na infinidade de movimentos religiosos que ao longo dos séculos reagiram às práticas de governo pastoral. Em muitos casos as práticas pastorais de obediência foram percebidas por determinados grupos como antievangélicas ou dominadoras das consciências. O surgimento constante de novos movimentos religiosos, congregações, mosteiros, reformas e contrarreformas no seio do Cristianismo indica que o governo pastoral das almas, longe de

ser uma prática passivamente assumida, provocou diversos tipos de reações. É o que Foucault denomina de movimentos de contraconduta¹⁹.

Tecnologias do poder pastoral

O poder pastoral tem como princípio o cuidado e como principal técnica a condução ou o governo das condutas. O princípio do cuidado visa atender as necessidades do rebanho, e não as do pastor. Por isso, o bom pastor é aquele que cuida do rebanho sacrificando-se por ele e o mau pastor é aquele que sacrifica ou abandona o rebanho.

Tal princípio diferencia o poder pastoral do poder soberano, no seu modelo absolutista, já que o soberano absoluto domina os súditos em função dos seus interesses. O princípio da soberania absoluta é a submissão do súdito aos interesses do soberano. A soberania absoluta, por sua vez, utiliza como principal técnica a dominação do súdito dobrando sua vontade através do medo.

O poder pastoral também se diferencia do modelo democrático de governo. O princípio da soberania democrática é a isonomia entre iguais. Diferentemente do princípio democrático, o poder pastoral legitima-se porque alguns estão em condição de desigualdade real e necessitam de cuidado. A isonomia democrática exige o exercício da autonomia dos sujeitos como técnica essencial ao autogoverno. No poder pastoral, aqueles que necessitam de cuidado têm a sua autonomia cerceada ou diminuída pela impossibilidade do seu exercício pleno e necessitam apoio para poder suprir necessidades que eles não conseguem realizar autonomamente. O poder pastoral detecta condições em que a autonomia não é real e, por isso, impede os sujeitos da autogestão. Nessa condição de autonomia diminuída, há uma demanda por apoio, solidariedade e cuidado, que legitimam o poder de cuidado dos outros.

O princípio da soberania democrática utiliza-se da autonomia como técnica de governo. A soberania democrática só pode ser exercida plenamente quando os sujeitos têm a potência da autonomia, caso contrário torna-se um princípio formal vazio. Por sua vez, a técnica da condução do rebanho ou do governo das condutas, inerente ao poder pastoral, opera num outro registro, o das autonomias incapazes de se realizarem plenamente. A sinuosa relação que vincula o poder pastoral ao cuidado do outro e ao governo de sua conduta provoca paradoxos importantes, como veremos posteriormente. Neste ponto, e antes de delimitar os paradoxos do poder pastoral, é pertinente ampliar a análise de duas técnicas pró-

19 FOUCAULT, Michel, 2008, p. 253 ss. (Nota do autor)

prias do poder pastoral que muito influenciaram nas artes de governo modernas.

Não obstante, é pertinente registrar que democracia também é uma verdade e prática profundamente paradoxal. Ela não é boa em si mesma. A democracia utiliza como técnica de poder a persuasão. O princípio democrático exige que os outros sejam persuadidos para deliberar conjuntamente uma ação. A persuasão é uma técnica tão paradoxal quanto a técnica do cuidado no poder pastoral. Para persuadir os outros, utiliza-se a arte da retórica. Em muitos casos, quando há intencionalidades transparentes, a retórica persuasiva é um ato de *parrésia*, um dizer verdadeiro em que se expõe aquilo que realmente se pensa. Através da *parrésia* é possível persuadir democraticamente das boas intenções e, deste modo, construir a responsabilidade conjunta da autonomia coletiva. Mas, em muitos outros casos, a retórica persuasiva pode ser utilizada como técnica de convencimento mal-intencionado, persuadindo a maioria através de um discurso enganador. Este foi o grande debate de Sócrates com os sofistas, que utilizavam a retórica como instrumento de persuasão banal. Quando a democracia é construída por discursos enganadores, sofistas, ela deriva numa demagogia. A demagogia é resultado de uma democracia capturada pelos sofismas de retóricos enganadores. Convenhamos em concordar que esta realidade de democracia demagógica está muito presente entre nós. A democracia pode se tornar, facilmente, uma demagogia.

Ainda cabe apontar outros paradoxos das democracias e suas técnicas de governo, mostrando que ela não é um regime bom em si mesmo, já que pode derivar em formas deturpadas de governo. O princípio da democracia é a deliberação consciente das maiorias. Nas sociedades contemporâneas, a deliberação das maiorias cada vez mais é confundida com a denominada opinião pública. A tal de opinião pública passou a substituir o modelo de deliberação coletiva, próprio das democracias. Pareceria que a opinião pública é uma técnica própria do poder democrático. Mas a opinião pública, cada vez mais, está mediada pelo poder dos meios de comunicação de massa. É uma opinião abstrata produzida através de técnicas de persuasão oriundas, em grande parte, dos grandes meios de comunicação de massas. Estabelece-se um estreito vínculo entre a sociedade de massas e a opinião pública e, por sua vez, entre opinião pública e técnica democrática. Deste modo, indivíduos transformados em opinião pública passam a constituir uma democracia de massas. As vontades individuais são massificadas por dispositivos de opinião pública que operam como modernos sofistas conseguindo iludir as pessoas a pensar de uma determinada forma através do poder midiático. As democracias de

massas são a versão contemporânea dos sofistas e seu resultado é uma demagogia massificada através da instrumentalização da opinião pública. Nossas democracias de massas são, cada vez mais, demagogias da opinião pública.

Ainda, sem esgotar o tema, caberiam apontar outros paradoxos do poder democrático. Não podemos esquecer que Carl Schmitt²⁰ denomina de “democracia pura” aquela que operava pela aclamação, e não pelo voto. Na “democracia pura” a aclamação torna-se a técnica que mostra a pureza do ato deliberativo da decisão popular. Só que a aclamação foi a técnica utilizada amplamente pelos regimes fascistas, tal como era defendido por Schmitt, assim como pelos inumeráveis caudilhismos, e continua a ser utilizada como técnica das democracias de massas, agora transformada em opinião pública. As famosas pesquisas de opinião operam como dispositivos aclamatórios. Manipulados pelos sofismas dos meios de comunicação de massas, as pesquisas de opinião pública conseguem ame-drontar governos, derrubar presidentes, elevar candidatos, silenciar projetos, tudo em nome da democracia aclamatória das pesquisas de opinião.

Após estes esclarecimentos, confiamos que elucidativos, retornemos ao argumento principal de nossa reflexão a respeito da análise de algumas das principais características do poder pastoral.

Omnes et singulatim

Por tudo que descrevemos, percebe-se que o poder pastoral é um poder de governo. Ele governa a vida do rebanho utilizando-se de uma tecnologia muito específica: o pastor deve cuidar de todo o rebanho, mas também deve cuidar de cada ovelha em particular. O poder pastoral, bem executado, deve articular esta dupla tecnologia de governo: de um lado deve saber conduzir o rebanho como uma totalidade que possui necessidades específicas em virtude do tamanho e circunstâncias; mas, de outro lado, o pastor tem que possuir a habilidade de conhecer cada ovelha individualmente, saber de suas necessidades, possibilidades e limites. Para melhor poder conduzir o rebanho, o pastor tem que conduzir individualmente cada ovelha, porém sabendo das necessidades globais do rebanho. O pastor tem que saber articular a tecnologia do todo e do singular, *omnes et singulatim*, ou seja, governar a totalidade das necessidades do

20 **Carl Schmitt** (1888-1985): foi um jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

rebanho conjuntamente com o governo das individualidades. Esta dupla dimensão forma parte das técnicas de governo do poder pastoral.

Adiantando algumas conclusões, percebe-se que as tecnologias de governo do Estado moderno tiveram que articular esta dupla dimensão, ou seja, tiveram que estabelecer técnicas específicas para o governo coletivo das necessidades da população, como sendo uma realidade ampla e maciça. E, concomitantemente, tiveram que criar técnicas para o conhecimento capilar dos indivíduos que formam essa população. O Estado moderno traça suas estratégias de governo sobre populações específicas, com características próprias que devem ser governadas com estratégias definidas. Simultaneamente, o Estado tem que conhecer cada indivíduo visibilizando-o ao máximo em seus pormenores individuais. Essa articulação entre a totalidade e o indivíduo, *omnes et singulatim*, possibilitará a eficiência das técnicas de governo. Estas estratégias de governo receberam ampla influência das práticas do poder pastoral.

O soberano clássico exercia seu poder de forma absoluta e despótica tornando sua vontade lei. Ele não se preocupava em governar a conduta dos súditos, simplesmente exigia obediência. No Estado moderno percebeu-se que a imposição autoritária da vontade soberana gera resistências múltiplas difíceis de neutralizar. Para tanto, é muito mais eficiente governar a vontade da população e controlar cada indivíduo, do que simplesmente impor uma determinação. As modernas técnicas de governo articulam a necessidade de planejar em grande escala as necessidades da população (rebanho) com a pertinência de vigiar cada indivíduo visibilizando ao máximo sua conduta. As políticas de governo estudam as necessidades gerais de uma população e, para atendê-las, devem conhecer ao máximo os indivíduos singulares dessa população. As políticas de governo existem como práticas de cuidado das necessidades da população, elas são orientadas pelo princípio do cuidado. Por sua vez, as políticas de governo têm que saber governar a conduta da população para induzir um comportamento adequado às políticas propostas. Por exemplo, no caso da saúde coletiva, ou da educação, as políticas de Estado necessitam atender as necessidades da população, cuidar delas. Para serem eficientes, devem conhecer em detalhe as individualidades que compõem essas populações.

Governo das condutas

O poder pastoral é um poder de governo que se exerce através da capacidade de dirigir a conduta do rebanho. O poder pastoral tem a responsabilidade de conduzir os outros para os melhores lugares, para seu

benefício e salvação. O poder pastoral, como todo poder governamental, caracteriza-se por ter que orientar a conduta dos outros – do rebanho – para metas ou lugares predefinidos pelo pastor, e que, em princípio, devem ser o melhor para o rebanho. Nas técnicas do poder pastoral, a conduta dos outros (do rebanho) ocupa o lugar central do poder. Seu objetivo não é dominar ou submeter pela força, mas conduzir para um bem. O poder pastoral não almeja dominar impositivamente, mas conduzir voluntariamente os indivíduos e o rebanho. Podemos dizer que o poder pastoral é a arte da condução dos outros.

O poder pastoral, como poder governamental, diferencia-se do poder soberano. A soberania exerce-se impondo leis – como ocorre na soberania popular de nossas constituições –, mas não implementa técnicas de governo. A soberania exige obediência à lei. O poder pastoral, por seu caráter governamental, não se preocupa em impor leis gerais, mas em implementar técnicas comportamentais que orientem a conduta do rebanho e de cada ovelha.

O poder pastoral não opera sobre a condução das condutas por uma perversidade estratégica de dominação sutil, que também poderá acontecer em muitos casos, mas porque há situações em que as pessoas, o rebanho, necessitam ser ajudados para superar determinadas dificuldades. Nesse caso, o pastor orienta o melhor modo de agir com intuito de ajudar a pessoa, ou seja, a salvação do rebanho. O poder pastoral utiliza a técnica do cuidado do outro ao pretender conduzi-lo. Cuida-se do outro quando o outro tem necessidade de cuidado.

Há uma estreita relação entre as políticas de Estado moderno e as técnicas do poder pastoral. O influente pensador e político utilitarista Francis Bacon²¹ (1561-1626), em sua obra *Ensaio sobre distúrbios e sedições*, escrevia aconselhando:

Aos pastores do Estado conhecer bem os calendários das tempestades do Estado, que são em geral mais fortes quando as coisas estão em igualdade, assim como as tempestades da natureza são mais fortes em torno do equinócio.²²

21 **Francis Bacon** (1561-1626): político, filósofo, ensaísta inglês, barão de Verulam e visconde de Saint Alban. É considerado o fundador da ciência moderna. Desde cedo, sua educação orientou-o para a vida política, na qual exerceu posições elevadas. Em 1584 foi eleito para a câmara dos comuns. Sucessivamente, durante o reinado de Jaime I, desempenhou as funções de procurador-geral (1607), fiscal-geral (1613), guarda do selo (1617) e grande chanceler (1618). Como filósofo, destacou-se com uma obra onde a ciência era exaltada como benéfica para o homem: o *Novum Organum*. (Nota da **IHU On-Line**)

22 BACON, Francis. *Essais*, XV, p. 69. Apud. SENELLART, Michel. *As artes de governar*. Ed. 34: Rio, 2006, P. 43. (Nota do autor)

Perceba-se o paralelismo que se estabelece entre as técnicas do cuidado no poder pastoral e as políticas públicas do Estado moderno. O Estado moderno tem que se preocupar com as necessidades da população. As políticas públicas operam como um tipo de poder pastoral ao cuidar das necessidades dos outros visando ao seu bem comum (o do rebanho). O gestor público ocupa o lugar do pastor e sua forma de poder está pautada pelo governo das necessidades, visando, por princípio, ajudar a quem precisa. As políticas de governo das políticas públicas têm que desencadear técnicas de gestão de condutas para que as populações ajam segundo os objetivos das políticas públicas, caso contrário serão um fracasso. Por exemplo, as políticas de vacinação de crianças ou idosos, ou as políticas de escolarização, exigem estratégias governamentais para estimular a conduta dos pais a levarem suas crianças para vacinar ou para a escola. Estas estratégias são técnicas de governo das condutas, às quais as pessoas aderem livremente porque consideram que é o melhor para elas.

Este princípio de governo das condutas, tão utilizado pelo Estado moderno, é proveniente do poder pastoral. Ele não é necessariamente perverso ou alienante, embora possa se tornar, como analisaremos nos paradoxos do poder pastoral.

Paradoxos do poder pastoral

Limites do cuidado

No poder pastoral entram em jogo alguns paradoxos. De início, cabe registrar que o poder pastoral não é intrinsecamente bom, nem mau. Sua bondade ou maldade depende das práticas concretas. O poder pastoral é um poder de governo que tem como eixo a técnica do cuidado dos outros. O cuidado dos outros é uma forma de poder necessário quando aqueles a quem se ajuda encontram-se em situações-limite de necessidade. Porém, o cuidado como tecnologia de poder contém vários limites internos. Quando se cuida de alguém, não se incentiva sua autonomia; pelo contrário, cuida-se dele nessa situação porque ele não tem capacidade de ser autônomo. O cuidado do poder pastoral deve ceder e até desaparecer para dar espaço à autonomia dos sujeitos. Caso contrário, um cuidado excessivo pode derivar em paternalismo, como ocorre com muitas políticas de Estado.

O cuidado também pode ser pervertido como uma técnica de controle e domínio do outro, mantendo-o sempre numa situação de dependência. Quem oferece o cuidado encontra-se numa posição de superioridade.

Esta dinâmica está muito presente no clientelismo político de nossas sociedades.

O cuidado, como técnica de governo do poder pastoral, é intrinsecamente paradoxal. Ele torna-se necessário em casos de necessidade, porém o objetivo do cuidado como técnica de poder é ser desativado tornando-se desnecessário na medida em que os sujeitos são capazes de autonomia para assumir sua existência. Por sua vez, a exigência do cuidado como técnica do poder pastoral aponta para os limites da autonomia individual, que por si mesma não consegue desenvolver uma forma de poder para ajudar o outro.

Um paradoxo contemporâneo da técnica do cuidado opera na lógica biopolítica do tratamento da vida humana. O cuidado da vida tornou-se um dos elementos centrais da governamentalidade moderna. A vida humana entrou nos dispositivos de poder como um objeto eficiente e produtivo. A lógica utilitarista capturou a vida humana como um recurso natural que multiplica a eficiência dos outros recursos e nessa condição deve ser cuidado como recurso útil. Este é o marco da biopolítica moderna, que instrumentaliza a vida humana como elemento natural útil. A instrumentalização biopolítica opera através do dispositivo do cuidado da vida. A vida é cuidada enquanto é eficiente e produtiva. A lógica utilitarista inerente ao cuidado biopolítico da vida humana opera com um grave paradoxo no cuidado. A vida é cuidada quando é útil, e quando não for será abandonada. O poder biopolítico utiliza-se da técnica pastoral do cuidado da vida, porém com intencionalidade de torná-la produtiva e eficiente. Caso contrário, quando a vida não mais ofereça produtividade, o cuidado tornar-se-á abandono. Foucault registrou magistralmente este paradoxo numa espécie de aforismo, ao afirmar: o poder soberano faz morrer e deixa viver, o biopoder faz viver e deixa morrer.

Os limites do governo dos outros

O poder pastoral desenvolveu um complexo leque de técnicas para conduzir a conduta dos outros. Assim como ocorre com o cuidado, a condução dos outros é paradoxal. Governar a conduta dos outros aparece inicialmente como uma intromissão na autonomia e um controle das condutas. Contudo, convém assinalar que há situações em que a orientação das condutas forma parte da condição humana, caso da educação de crianças, muitos casos de orientações médicas, etc. Há casos específicos em que as pessoas procuram orientação para problemas que lhes deprimem, como é o caso das terapias para situações-limite, etc. Em muitos casos, orientar a conduta do outro pode ser, para ele, uma forma de lhe

ajudar. Ou seja, a necessidade de orientação da conduta, em casos específicos e para situações pontuais, é uma realidade. A psicologia moderna, a psicanálise, as diversas terapias, a medicina e a própria educação operam a partir das técnicas de orientação de condutas. Esta é uma técnica que foi altamente desenvolvida pelo poder pastoral ao longo dos tempos.

No contexto da técnica do poder pastoral, há vários paradoxos no governo dos outros. O primeiro paradoxo é que qualquer forma de governo das condutas cerceia o desenvolvimento da autonomia. As escolas filosóficas gregas e romanas utilizavam-se de técnicas de orientação de conduta como direção espiritual, aconselhamento pelos mestres, porém seu objetivo era ajudar os alunos a atingirem sua autonomia. O paradoxo do governo das condutas é que esta técnica pode ser utilizada como um fim em si mesma para obter uma vontade submissa ao mestre, ao pastor ou ao gestor.

A governamentalização das condutas foi amplamente desenvolvida como um fim em si mesma pelo pastorado cristão medieval, propondo a obediência como um fim último da vontade individual. As sociedades contemporâneas, que tanto prezam pela autonomia individual, desencadearam uma infinidade de dispositivos de governamentalização das condutas, por exemplo, as propagandas, as campanhas, as modas, etc., através das quais se pretende governar a vontade dos outros, solicitando sua livre adesão aos apelos indutores de condutas. A propaganda, por exemplo, é uma técnica de direção de condutas que evita e até neutraliza qualquer resquício de consciência crítica na autonomia do sujeito.

Na nossa contemporaneidade, outro exemplo, a governamentalização das condutas constitui-se no âmago do discurso da gestão corporativa. A gestão de recursos humanos, além de reduzir o ser humano a um recurso natural, propõe como diretriz corporativa conduzir a conduta dos funcionários da instituição. As técnicas governamentais do poder pastoral expandiram-se por todos os meios corporativos fazendo da condução dos funcionários a alavanca dos êxitos da produção ou da eficácia dos processos. Em todas as instâncias corporativas desencadearam-se técnicas de gestão das condutas, que atualizam as técnicas do poder pastoral clássico.

Ainda cabe assinalar, entre outros, o paradoxo de que o poder pastoral contemporâneo de alguns grupos religiosos não renunciou ao projeto teocrático de conseguir o poder político através da manipulação do rebanho. Desde metade do século XX, assistimos a um crescimento exponencial dos chamados telepregadores, que operam com todas as técnicas audiovisuais possíveis de domesticação a fim de produzir um rebanho

dócil e submisso. Essas técnicas pastorais midiáticas de domesticação têm sido muito exitosas para os pastores, com a constituição de milhões de subjetividades submissas à sua vontade. São novos modelos pastorais que implementam o governo da vontade dos outros de modo a torná-los perenemente submissos à vontade do pastor. Como expoente dessa pastoral teocrática, encontramos centenas, senão milhares, de pastores elevados a cargos políticos pelo rebanho que conseguiram submeter. Esta tendência de poder pastoral está em crescimento e aponta para uma nova versão de teocracia camuflada.

Poder pastoral e Estado moderno

O poder pastoral desenvolveu ao longo dos séculos técnicas específicas de governo. Essas técnicas tinham por princípio o cuidado do outro e, como método, a orientação das condutas. O poder pastoral consolidou um conjunto de técnicas de governo das condutas que permitem governar com o consentimento das pessoas governadas. Por princípio, o bom governo que norteia o poder pastoral se faz para o bem dos governados.

As técnicas de governo desenvolvidas ao longo de mais de um milênio pelo poder pastoral chegaram ao século XVI numa nova conjuntura em que se desmanchava no ar o modelo político do império e surgiam as primeiras reflexões sobre o conceito de Estado. A noção de Estado surgiu muito vinculada ao conceito de razão de Estado. Giovanni Botero²³ (1544-1617) foi um dos primeiros teóricos modernos que formulou a relação da razão de Estado com as artes de governo²⁴. O século XVI caracteriza-se por uma proliferação nunca vista de tratados sobre o governo. A problemática do governo torna-se central nos diversos âmbitos da vida social. Escrevem-se tratados sobre diversos tipos de governos a ponto de surgir uma *ratio gubernatoria* que começa substituir a *ratio pastoralis* que tinha predominado nos séculos anteriores. A transição da razão pastoral para a razão governamental não foi linear nem automática, o processo foi sinuoso e cheio de rupturas. Porém, não tem como se desconhecer que a razão governamental moderna está profundamente marcada por muitos dos princípios e técnicas da razão pastoral.

Outro aspecto relevante desta problemática são as implicações da razão pastoral e da razão governamental na constituição do Estado moderno. Em geral, predomina a visão de que o Estado é o produto de uma

23 **Giovanni Botero** (1540-1617): ex-jesuíta, foi secretário do Cardeal Carlo Borromeu em Milão. Foi um dos primeiros teóricos das relações internacionais e da demografia. (Nota da IHU On-Line)

24 BOTERO, Giovanni. Della Ragione di Stato. Roma: Donzelli editore, 1997. (Nota do autor)

deliberação individual de sujeitos livres que decidiram num determinado momento e época constituir uma outra forma de instituição soberana. Esta visão individualista da formação do Estado baseia-se no princípio moderno de que o ser humano nasce num estado de natureza individual e através dos acordos e contratos decide formar a sociedade ou Estado. Ocorre que a genealogia da razão governamental, herdeira em grande parte da razão pastoral, mostra que as técnicas governamentais foram constituindo, a partir do século XVI, todo um tecido social específico de discursos, práticas, instituições e burocracias que já no século XVII incorporaram-se como parte constitutiva do Estado moderno. Pode-se dizer que o Estado é o resultado das práticas de governo, e não o contrário. O Estado moderno pode ser visto como o produto acabado das técnicas governamentais, que criaram o tecido institucional necessário para que o Estado existisse como realidade histórica. Sem elas o Estado ainda seria uma teoria jurídico-política sem concretização histórica.

Por último cabe deliberar sobre a legitimidade da razão pastoral e suas práticas de governo. Como todas as formas de poder, o poder pastoral se legitima porque atende aspectos positivos das demandas do cuidado e da necessidade dos outros. Porém, como todas as formas de poder, suas técnicas são paradoxais: podem ajudar, mas também podem manipular; podem cuidar, mas também podem criar dependência; podem orientar, mas também podem submeter às vontades. O poder pastoral não é intrinsecamente bom ou ruim, ele é paradoxal. A condição paradoxal do poder pastoral perpassa todas as suas técnicas de governo, incluída a prática do cuidado. Cuidar o outro é uma necessidade em muitos casos, porém, em outros casos, pode se tornar uma dependência. Estes princípios críticos do poder pastoral aplicam-se também ao poder governamental do Estado moderno. A verdade sobre a validade das práticas e dos valores é nossa responsabilidade direta. Somos responsáveis por tudo que criamos ou deixamos de criar.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schütz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowa e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago



Castor Bartolomé Ruiz. Doutor em Filosofia pela Universidad de Deusto (1999), Espanha. Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995). Graduação em Filosofia pela Universidad Pontificia de Comillas (1980), Espanha. Realizou pesquisa de Pós-Doutorado no Consejo Superior de Investigaciones Científicas (2006-2007). Professor Titular na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Coordenador da Cátedra Unesco de Direitos Humanos. Os principais interesses de pesquisa e atuação: Ética, Biopolítica, Alteridade, Poder, Subjetividade, Violência, Direitos Humanos, Democracia, Antropologia Filosófica, Filosofia Política, Filosofia dos séculos XVI-XVII, Filosofia contemporânea.

Algumas obras do autor

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do Imaginário*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

_____.; NEUTZLING, Inácio (Org.). *O (des)governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

_____. *Direito à justiça, memória e reparação: a condição humana nos estados de exceção*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.

_____. *Justiça e memória. Por uma crítica ética da violência*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

_____. *La Propiedad o la alteridad, dilema de los derechos humanos*. Bilbao: Deusto, 2006.

_____. *As encruzilhadas do humanismo*. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *Os labirintos do poder*. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação. Porto Alegre: Escritos, 2004.

_____. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *O poder social e simbólico das CEB's*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Outras contribuições

RUIZ, Castor Bartolomé. A Filosofia como forma de vida. Pierre Hadot, a filosofia antiga e os exercícios (askesis) do espírito. *Revista IHU On-Line* 465, p. 11-20, 2015.

_____. Genealogia do governo e da economia política. Uma leitura a partir de Foucault. *Revista IHU On-Line* 437, p. 56-63, 2014.

_____. O poder pastoral, a economia política e a genealogia do Estado moderno. *Revista IHU On-Line* 446, p. 45-54, 2014.

_____. Forma de vida e dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana. *Revista IHU On-Line* 450, p. 57-62, 2014.

_____. A dívida como dispositivo biopolítico de governo da vida humana. *Revista IHU On-Line* 454, p. 15-24, 2014.

_____. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. *Revista IHU On-Line* 413, p. 34-38, 2013.

_____. Giorgio Agamben, controvérsias sobre a secularização e a profanação política. *Revista IHU On-Line* 414, p. 43-47, 2013.

_____. A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem. *Cadernos IHU*, v. 39, p. 4-50, 2012.



UNISINOS